



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO

19/2024

PÁGINA Nº

1 de 12

RESPONSÁVEL

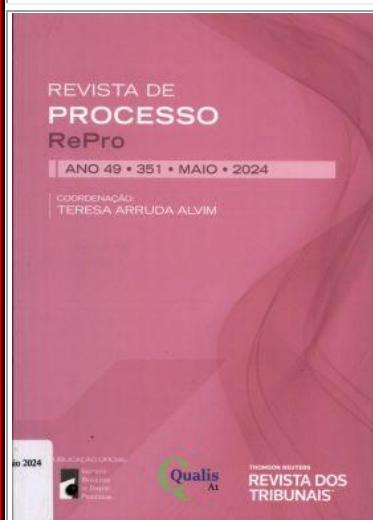
Iris Helena

SUMÁRIO

– LEGISLAÇÃO

- Atos do Poder Executivo
- Presidência da República
- Atos do Poder Legislativo
- Congresso Nacional
- Ministério da Previdência Social
- Atos do Poder Judiciário
- Tribunal Regional Federal da 1ª Região

III- PERIÓDICO



Revista de Processo



Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária



Revista Fórum de Direito Tributário



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
19/2024

PÁGINA Nº
2 de 12

RESPONSÁVEL
Iris Helena

LEGISLAÇÃO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Presidência da República

[Decreto n. 12.115, de 17 de julho de 2024](#)

Institui o Sistema Nacional de Cadastro da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.
DOU - Seção 1, p. 4, 18/07/2024

[Decreto n. 12.116, de 17 de julho de 2024](#)

Altera o [Decreto nº 10.819, de 27 de setembro de 2021](#), que regulamenta o disposto na [Lei Complementar nº 178, de 13 de janeiro de 2021](#), e no art. 2º da [Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997](#).
DOU - Seção 1, p. 4-5, 18/07/2024

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Congresso Nacional

[Lei n. 14.924, de 12 de julho de 2024](#)

Dispõe sobre a profissão de técnico em nutrição e dietética; e altera a [Lei nº 6.583, de 20 de outubro de 1978](#), que cria os Conselhos Federal e Regionais de Nutricionistas e regula o seu funcionamento.
DOU - Seção 1, p. 1, 15/07/2024



ALERTA SEBIB

NÚMERO
19/2024

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
3 de 12

RESPONSÁVEL
Iris Helena

[Lei n. 14.926, de 17 de julho de 2024](#)

Altera a [Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999](#), para assegurar atenção às mudanças do clima, à proteção da biodiversidade e aos riscos e vulnerabilidades a desastres socioambientais no âmbito da Política Nacional de Educação Ambiental.

DOU - Seção 1, p. 1, 18/07/2024

[Lei n. 14.927, de 18 de julho de 2024](#)

Institui o Dia Nacional de Conscientização sobre as Distrofias Musculares e dá outras providências.

DOU - Seção 1, p. 1, 19/07/2024

Ministério da Previdência Social

Gabinete do Ministro

[Portaria n. 2.230, de 15 de julho de 2024](#)

Estabelece, para o mês de julho de 2024, os fatores de atualização dos pecúlios, das parcelas de benefícios pagos em atraso e dos salários de contribuição para cálculo da renda mensal inicial dos benefícios pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

DOU - Seção 1, p. 53, 16/07/2024

ATOS DO PODER JUDICIÁRIO

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Presidência

[Resolução n.60, de 16 de julho de 2024](#)

Altera a [Resolução Presi 58, de 27 de dezembro de 2021](#), que institui o Modelo de Gestão Integrada do Trabalho (presencial e remoto) no âmbito do Tribunal Regional Federal e das seções e subseções judiciárias da 1ª Região e dá outras providências.

BDTRF1, 16 de julho de 2024



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
19/2024

PÁGINA Nº
4 de 12

RESPONSÁVEL
Iris Helena

[Resolução n.61, de 16 de julho de 2024](#)

Dispõe sobre o Plano Estratégico de Gestão de Pessoas da Justiça Federal da 1ª Região para o período de 2021 a 2026.

BDTRF1, 16 de julho de 2024

[Resolução n.63, de 16 de julho de 2024](#)

Altera a Resolução [Presi 31, de 7 de outubro de 2015](#), que normatiza o Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1ª Região – SistCon, regulamenta a capacitação e o cadastramento de conciliadores, dispõe sobre a forma, tramitação e destino das reclamações pré-processuais no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região e dá outras providências, e a [Resolução Presi 10118537, de 27 de abril de 2020](#), que regulamenta, no âmbito do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, as sessões de julgamentos em ambiente eletrônico de processos judiciais, disciplina seus procedimentos e dá outras providências.

BDTRF1, 16 de julho de 2024

[Portaria n.793, de 16 de julho de 2024](#)

Aprova o Plano Diretor de Tecnologia da Informação da Justiça Federal da 1ª Região - PDTI-JF1 2024-2026.

BDTRF1, 16 de julho de 2024

[Edital de Remoção n.3, de 16 de julho de 2024](#)

Comunica aos juízes federais integrantes da 1ª e da 6ª Regiões que se encontra vago um cargo para provimento, mediante remoção, na 11ª Vara da Seção Judiciária do Maranhão de competência Execução Fiscal.

BDTRF1, 17 de julho de 2024

Corregedoria Regional

[Portaria n. 9, de 12 de julho de 2024](#)

Determina a Correição Ordinária na Seção Judiciária de Goiás– SJ/GO, no período de 26 a 30 de agosto de 2024.

BDTRF1, 15 de julho de 2024

[Portaria n. 10, de 12 de julho de 2024](#)

Composição das equipes para realização da Correição Ordinária na Seção Judiciária de Goiás - SJ/GO, conforme [Portaria COGER 9/2024](#).

BDTRF1, 15 de julho de 2024



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
19/2024

PÁGINA Nº
5 de 12

RESPONSÁVEL
Iris Helena

III – PERIÓDICOS

REVISTA DE PROCESSO Nº 351 – MAIO/2024

TEORIA GERAL DO PROCESSO

Prescrição: afinal, o que é? Uma análise da natureza, requisitos, efeitos e âmbito operativo

Statute of limitations: what is it anyway? An analysis of its nature, requirements, effects and operative scope

DANTE O. FRAZON CARBONAR 23

PROCESSO DE CONHECIMENTO (FASE COGNITIVA)

A boa-fé processual e a concentração da defesa: elementos para a (des) lealdade do réu

The procedural good faith and the defendant's answer concentration: elements of the defendant's (dis)loyalty

RICARDO MIGLIORINI MUSTAFÁ FILHO 51

PROCESSO DE CONHECIMENTO (DIREITO PROBATÓRIO)

Prova contábil nos processos: natureza, objeto e requisitos

Accounting evidence in proceedings: nature, object and requirements

ANTONIO LOPO MARTINEZ 79

A dinamização do ônus da prova e a errônea ampliação de suas hipóteses de cabimento pelos tribunais

The dynamic burden of proof and the erroneous broadening of its admissibility scenarios by the Courts

RAVI PEIXOTO 101



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
19/2024

PÁGINA Nº
6 de 12

RESPONSÁVEL
Iris Helena

TUTELA DIFERENCIADA

As varas empresariais do Tribunal de Justiça de São Paulo julgam mais rápido?

The business lower Courts of the São Paulo State Court of Justice deliver faster judgments?

ANA PAULA RIBEIRO NANI e LUCIANO BENETTI TIMM 267

Impugnação ao cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública: disciplina geral e aspectos controvertidos

Objection to judgment enforcement against the Tax Authority: general discipline and controversial aspects

JOÃO PEREIRA MONTEIRO NETO 293

Teoria da dualidade do vínculo obrigacional e execução de dívida de condomínio: uma análise sobre o REsp 1.442.840/PR

Dualistic obligational vinculum doctrine: an analysis on Special Appeal 1.442.840/PR

MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES e CAIO VICTOR RIBEIRO DOS SANTOS 317

DIREITO JURISPRUDENCIAL – PRECEDENTES VINCULANTES, JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE, SÚMULAS E TEMAS AFINS

A *ratio decidendi* da Súmula 343 do Supremo Tribunal Federal: análise sob a ótica do Código de Processo Civil

The ratio decidendi of Precedent 343 of the Federal Supreme Court: analysis under the perspective of the Brazilian Code of Civil Procedure

JÚLIA ROSA TORRES 341

O diálogo entre os precedentes e a reclamação – Parte 1

The dialogue between the precedents and the constitutional claim ("reclamação") – Part one

SCILIO FAVER 361

PROCESSO CONSTITUCIONAL

Modulação de efeitos e a tese firmada em precedente constitucional tributário: coisa julgada e rescisória

The temporal effects "modulation" of the Brazilian Federal Supreme Court's precedents on constitutional review of tax laws: res judicata and rescission claims against it

CARLOS EDUARDO MAKOUL GASPERIN e FERNANDA DONNABELLA CAMANO 389



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
19/2024

PÁGINA Nº
7 de 12

RESPONSÁVEL
Iris Helena

TUTELA EXECUTIVA

Estudo sobre um julgamento: como a espécie de inadimplemento interfere no cabimento da Execução Civil

Study on a judgment: how the type of default affects the suitability of civil enforcement

ANTONIO ADONIAS A. BASTOS e CECÍLIA ANDRADE MAGALHÃES 121

TUTELA PROVISÓRIA

Tutela da evidência e tutela processual concorrencial: um estudo sobre o direito evidente nas ações de reparação de dano concorrencial (ARDCs)

Provisional relief granted evidence and procedural antitrust remedies: a proposition about "evident right" in individual reparation actions

TAÍS SANTOS DE ARAÚJO 149

MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

Nova arguição de relevância em recurso especial e a tutela dos direitos difusos e coletivos

New plea of relevance in a special appeal and the protection of diffuse and collective rights

LUÍS FELIPE BOMBARDI BORTOLIN e RENATO MANTOANELLI TESCARI 179

TÉCNICAS ADEQUADAS À LITIGIOSIDADE COLETIVA E REPETITIVA

O papel das cortes judiciais no pós-desastre: litigância de massa em casos de desastres, casos repetitivos e tutela coletiva

The role of judicial courts in the post-disaster: mass disaster litigation, repetitive cases and collective protection

DÉLTON WINTER DE CARVALHO e HERMES ZANETI JR. 201

Brevi note su *case management* e ricorsi collettivi

Brief notes on case management and collective appeals

ELISABETTA SILVESTRI 231

PROCESSOS ESTRUTURAIS, ESTRATÉGICOS E COMPLEXOS

A viabilidade do processo estrutural e seus três principais obstáculos: demora, competência e efetividade

The viability of the structural injunction and its three main obstacles: duration, competence and effectiveness

GIANFRANCO FAGGIN MASTRO ANDRÉA, EDUARDA PEIXOTO DA CUNHA FRANÇA e MATHEUS CASIMIRO 245



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
19/2024

PÁGINA Nº
8 de 12

RESPONSÁVEL
Iris Helena

DIREITO ESTRANGEIRO E COMPARADO – GENERALIDADES

Um paralelo entre a tutela da evidência no direito brasileiro e a *condanna con riserva* no direito italiano

Un parallelo tra la tutela dell'evidenza nel diritto brasiliano e la condanna con riserva nel diritto italiano

RAUL LONGO ZOCAL 417

TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS

Litigância predatória

Predatory litigation

LUCAS BURIL DE MACÉDO..... 445

A EC 132/2023 e o regime das competências originárias do STJ

The EC 132/2023 and the new scope of the Brazilian Supreme Court's jurisdiction

SANDRO MARCELO KOZIKOSKI..... 463

MÉTODOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS – ADR

O procedimento de homologação de sentenças arbitrais estrangeiras: análise dogmática, perspectivas críticas e sugestão de *lege ferenda*

The procedure of recognition of foreign arbitral awards: dogmatic analysis, critical perspective, and suggestion for future legislation

ALBERTO JONATHAS MAIA..... 479

Introdução ao sistema brasileiro de justiça penal multiportas (Parte 2)

Introduction to the Brazilian multidoor criminal justice (sub)system (part two)

FREDIE DIDIER JR. e LEANDRO FERNANDEZ..... 505

HOMENAGENS

O contexto da homenagem, a homenagem e o lançamento – Loïc Cadiet

TERESA ARRUDA ALVIM..... 537



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
19/2024

PÁGINA Nº
9 de 12

RESPONSÁVEL
Iris Helena

REVISTA SÍNTESE TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA Nº 419 – MAIO/2024

Assunto Especial

COTAS LEGAIS – PREENCHIMENTO

DOCTRINA

1. Qual é a Definição de Pessoas com Deficiência? Afinal, Há Candidatos para Preenchimento das Cotas Legais?
Lutiana Nacur Lorentz 9

Parte Geral

DOCTRINAS

1. Prêmios, Luvas, Direito de Arena e Cessão do Uso de Imagem na Lei Geral do Esporte
Gustavo Filipe Barbosa Garcia..... 29
2. Não Há Relação Laboral no Modelo Uber
Rogério Tadeu Romano 35
3. Os Benefícios Previdenciários por Incapacidade e os Sistemas de Adjudicação: um Breve Estudo de Direito Comparado
Roberto Luis Luchi Demo 43
4. Direito à Desconexão no Teletrabalho
Bruno Furtado Silveira 71
5. Covid-19 e o Direito Trabalhista Emergencial
Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson..... 85
6. A Contribuição de Amartya Sen para o Reconhecimento da Fundamentalidade do Direito Social ao Trabalho: Pensar a Temática à Luz da Convenção nº 168 da Organização Internacional do Trabalho
Tauã Lima Verdan Rangel..... 109
7. Aplicação do Protocolo para Julgamento com Perspectivas de Gênero em Decisões Que Envolvem Benefícios Previdenciários
Letícia Kolton Rocha, Lisiane Avila Alvim e Raquel Borges Loch..... 129

Seção Especial

ACONTECE

1. Fim da Revisão da Vida Toda e da Esperança dos Aposentados
Sérgio Henrique Salvador 237



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
19/2024

PÁGINA Nº
10 de 12

RESPONSÁVEL
Iris Helena

REVISTA FÓRUM DE DIREITO TRIBUTÁRIO Nº 128 – MAR.-ABR./2024

ARTIGOS

CBS/ISB e o princípio federativo

Tercio Sampalo Ferraz Junlor	9
1 Pacto federativo.....	10
2 O estado democrático de direito e a federação na Constituição Federal.....	11
3 A federação e o federalismo solidário.....	14
4 Homogeneidade e igualdade.....	15
5 A forma constitucional do Estado e a constitucionalidade da Reforma em face do pacto federativo.....	17

A (não) incidência de contribuições previdenciárias sobre descontos para custeio do auxílio-alimentação

Paulo Roberto Coimbra Silva, Alice de Abreu Lima Jorge, Marianne Dolher Souza Baker Rodrigues	21
1 Introdução.....	21
2 Regra matriz, hipótese de incidência e obrigação de recolhimento das contribuições previdenciárias	24
3 A não incidência das contribuições previdenciárias sobre descontos para custeio do auxílio-alimentação.....	29
3.1 A natureza objetiva da não incidência das contribuições sobre o auxílio-alimentação ...	29
3.2 A inadequação do entendimento adotado pela Receita Federal	33
4 Considerações finais.....	34
Referências	35

Federalismo fiscal e a solução de conflitos entre os entes federados

Rogério Vidal Gandra da Silva Martins, Roberta de Amorim Dutra	37
O Estado Federal e o impasse frente aos conflitos existentes entre seus entes federados.....	37
O Estado Federal e a guerra fiscal	41
A guerra fiscal entre os Estados.....	50
A LC nº 160/2017 e a violação ao pacto federativo.....	50
A guerra fiscal do IPVA entre os Estados-membros.....	52
A guerra dos portos e o Tema nº 520 do STF (RE nº 665.134)	54
A guerra fiscal dos Municípios.....	58
A LC nº 175/2020 e a garantia de participação dos entes federados nos órgãos colegiados como forma de evitar os conflitos federativos	59
Alguns outros exemplos de violações praticadas pelos entes federativos, desde a promulgação da CF/88.....	61



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
19/2024

PÁGINA Nº
11 de 12

RESPONSÁVEL
Iris Helena

O novo regime tributário das subvenções para investimento na Lei nº 14.789/2023

Ramon Tomazela	63
1 Introdução	63
2 O tratamento tributário até então aplicável às subvenções governamentais	64
2.1 Noções gerais	64
2.2 A Lei Complementar nº 160/2017	67
2.3 A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e o pacto federativo	69
3 O tratamento tributário previsto na Lei nº 14.789/2023	71
4 As inconstitucionalidades da Lei nº 14.789/2023	76
4.1 Impossibilidade de tributação das transferências patrimoniais	76
4.2 Violação ao pacto federativo	79
4.3 Retrospectividade e segurança jurídica	84
5 Conclusões	85

A falta de referencial legislativo do propósito negocial: consequências da sua utilização como parâmetro decisivo na análise do planejamento tributário pelo CARF

Harrison Ferreira Leite, Pedro Vinícius Santos de Carvalho Burak	87
1 Introdução	87
2 A semântica do propósito negocial	89
2.1 Propósito negocial como causa do negócio jurídico	90
2.2 Propósito negocial como motivo extrafiscal do negócio jurídico	92
2.3 Consequências da polissemia do termo “propósito negocial”	92
3 Considerações sobre a aplicação do “propósito negocial”	95
3.1 “Propósito negocial” e motivo extrafiscal	95
3.2 Propósito negocial, norma “antielisiva” e ADI nº 2.446	98
4 Consequências da aplicação do propósito negocial como parâmetro decisivo	99
5 Conclusões	100
Referências	102

A ideia de justiça e a concretização da cidadania fiscal

Raphael Silva Rodrigues, Rodrigo Almeida Magalhães, Thiago Penido Martins	105
1 Introdução	105
2 A ideia de justiça e o dever de recolher tributos	106
3 A noção de cidadania fiscal e a sua relação com o dever fundamental de recolher tributos	109
4 Algumas causas da aversão ao fenômeno da tributação	112
5 Considerações finais	115
Referências	116

O dever fundamental de pagar tributos em José Casalta Nabais: o princípio da solidariedade e a cidadania fiscal como pilares do Estado Fiscal

Letícia de Mello, Marciano Buffon	119
Introdução	120
1 As bases para a compreensão do atual estado da arte em matéria de deveres fundamentais	122
2 A superação de um dogma pelo surgimento de novos paradigmas: o imbricamento entre o Estado Fiscal Social e o Estado Democrático e Social de Direito	126
3 Superando um paradoxo: o princípio da solidariedade social e a cidadania fiscal como fundamentos ético-jurídicos do dever fundamental de pagar tributos	131
Considerações finais	135
Referências	136



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO

19/2024

PÁGINA Nº

12 de 12

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Tributação de estoques em fundos de investimento: inconstitucionalidade do artigo 27 da Lei nº 14.754/2023

Danielle Bertagnoll	139
1 Introdução	139
2 Princípios constitucionais da irretroatividade e da anterioridade	140
3 Fato gerador do imposto de renda	142
4 Alterações promovidas pela Lei nº 14.754/2023 e o conceito de “estoques” de fundos de Investimento	146
5 Inconstitucionalidade da tributação dos estoques de fundos de investimento	148
6 Conclusões	152
Referências	154

As imunidades tributárias das instituições religiosas, templos de qualquer culto e de entidades confessionais de assistência social e de beneficência

Oswaldo Othon de Pontes Saralva Filho	157
I Introdução	157
II Natureza jurídica das imunidades tributárias	158
III Os valores e direitos humanos fundamentais que inspiram e justificam as imunidades de entidades religiosas e templos de qualquer culto, inclusive suas organizações assistenciais e beneficentes	160
IV A imunidade de impostos de entidades religiosas e templos de qualquer culto, inclusive suas organizações assistenciais e beneficentes	173
V A imunidade de contribuições para a seguridade social das instituições religiosas beneficentes de assistência social	190
VI A imunidade de entidades religiosas e suas organizações assistenciais e beneficentes: contribuições sobre receitas de exportação	198
VII Considerações finais	199
VIII Conclusão	200
Referências	203